



SIMULADO ESPECIAL

DETRAN AL

Assistente De Trânsito -
Especialidade: Qualquer Formação Superior
Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **DETRAN-AL**, cargo de **Assistente de Trânsito - Qualquer Formação Superior**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/cK4rJLHNEsizMWA39>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4dHS56B>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabrizio Dutra***Texto 1****PROFETA DO BEM E DO MAL**

VILMA GRYZINSKI

Alexander Soljenítsin enfrentou a URSS e detestou o Ocidente

Dentro da grande tradição russa, Alexander Soljenítsin foi um fabuloso escritor, mas também um profeta, uma combinação de mente e espírito capazes de captar os círculos da água eterna que se projetam para o que achamos ser o futuro. “Na percepção do meu coração, não existe espaço para um conflito Rússia-Ucrânia e se, Deus nos livre, a questão chegar a isso, posso afirmar com certeza: jamais, em nenhuma circunstância, tomarei parte num confronto russo-ucraniano ou permitirei que meus filhos o façam - não importa o quanto os imprudentes destemperados tentem nos arrastar para isso.” Ele escreveu isso em 1981. Tinha convivido com prisioneiros ucranianos no Gulag e aprendido com seu sofrimento sob Stálin.

Era também impossível. Expulso pela União Soviética em 1974, ele deveria ter se extasiado com o Ocidente, chorado diante da fartura das prateleiras de um supermercado americano - aconteceu com outros exilados do comunismo - e louvado o papel dos Estados Unidos na defesa das liberdades. Fez exatamente o contrário. Sua crítica ao modelo de democracia liberal é uma das mais radicais que existem. No famoso discurso de abertura do ano letivo em Harvard, em 1978, ele fez considerações que merecem ser lembradas cada vez que procuramos um olhar complexo e diversificado sobre o mundo.

Numa crítica premonitória, anotou que, em reação ao passado do colonialismo, “as relações com o antigo mundo colonial viraram para o extremo oposto e o mundo ocidental agora frequentemente exhibe um excesso de obsequiosidade” com os ex-colonizados - alguém já viu a nova onda “descolonizadora” nos círculos intelectuais das esquerdas hoje em dia?

Enfiando a faca mais fundo, o escritor anotou que “um declínio da coragem pode ser a característica mais marcante que um observador de fora nota no Ocidente

hoje”. Mencionou a coragem cívica. Imagine a cara da fina flor de Harvard ao ouvir que “esse declínio na coragem é particularmente perceptível entre as elites governantes e intelectuais”. Teve mais: “A defesa dos direitos individuais atingiu tais extremos que tornam a sociedade como um todo indefesa diante de certos indivíduos”. Na sua visão, havia um excesso de condescendência com o crime - alguém já ouviu falar em tratar criminosos como vítimas da sociedade?

Teria o grande Soljenítsin deixado de perceber as nuances do pensamento ocidental, as fraquezas que fazem sua força e sua criatividade, a capacidade de regeneração mesmo de sociedades altamente consumistas ou excessivamente indulgentes? “A inclinação da liberdade na direção do mal aconteceu gradualmente, mas evidentemente deriva de um conceito humanista segundo o qual o homem - o mestre desse mundo - não carrega nenhum mal dentro de si e todos os defeitos da vida são causados por sistemas sociais equivocados que, portanto, precisam ser corrigidos.”

Qual intelectual hoje ousaria falar em mal ou bem? Soljenítsin falava. Escreveu ele em *Arquipélago Gulag*: “Gradualmente me foi revelado que a linha separando o bem do mal passa, não entre estados, não entre classes, não entre partidos políticos - mas diretamente através de cada coração humano. Dentro de nós, oscila com o passar dos anos. E mesmo nos corações tomados pelo mal, uma pequena cabeça de ponte do bem permanece.

E mesmo no melhor dos corações, permanece um canto intacto do mal”.

Não é de arrepiar?

1. O texto defende que Alexander Soljenítsin se destacou por sua independência intelectual, pois, embora tenha sido perseguido pelo regime soviético, aderiu parcialmente às ideias do Ocidente e manteve uma postura crítica em relação a ambos os modelos políticos.
2. Ao recuperar a reflexão de Arquipélago Gulag, o texto sustenta que o bem e o mal não podem ser explicados apenas por fatores políticos, sociais ou ideológicos, pois coexistem na própria natureza humana, estando presentes em todos os indivíduos.

3. No primeiro período do texto, se o termo 'grande' fosse deslocado para depois do termo 'tradição', a correção gramatical e o sentido seriam mantidos.
4. No primeiro período do texto, a preposição 'para' introduz oração com valor de finalidade.
5. No penúltimo período do primeiro parágrafo, o verbo 'escreveu' apresenta dois complementos.
6. No segundo período do segundo parágrafo, se a partícula 'se' fosse deslocada depois do verbo 'extasiado', a correção gramatical seria prejudicada.
7. No segundo parágrafo, o termo 'sua' em 'sua crítica' se refere a 'Alexander Soljenítsi'.
8. No trecho 'ele fez considerações que merecem ser lembradas cada vez que procuramos um olhar complexo e diversificado sobre o mundo.', o termo 'que', em suas duas ocorrências, pertence à mesma classe.
9. No início do terceiro parágrafo, seria prejudicada a correção gramatical se a vírgula após o verbo 'anotou' fosse retirada.
10. No quarto parágrafo, a oração que introduz o primeiro período tem valor semântico de causa.
11. Na oração 'Imagine a cara da fina flor de Harvard', o verbo 'Imagine' tem sujeito indeterminado, podendo se referir a qualquer pessoa.

Texto 2

Um senhor que conheci fez-se uma celebridade em astronomia, com auxílio dos saraus que lhe eram oferecidos pelos amigos (...). E tudo isso com mais uns amigos dedicados a lhe oferecer bailes, por ocasião das suas portentosas descobertas nos céus ignotos, levaram o governo da Bruzundanga a nomeá-lo diretor (...). Para obviar tais inconvenientes, houve alguém que teve a ideia de "canalizar", de "disciplinar" o entusiasmo do povo bruzundanguense, entusiasmo tão necessário às manifestações que lá há constantemente, e tão indispensáveis são ao fabrico de grandes homens que dirijam os destinos da grande e formosa República (...).

12. O termo 'ignotos' foi empregado, no texto, com sentido de 'desconhecidos'.
13. O narrador se mostra benévolo à forma de promoção social típica da sociedade bruzundanguense.
14. Na oração 'houve alguém que teve a ideia de "canalizar"', o sujeito do verbo 'teve' é o termo 'alguém'.

RACIOCÍNIO LÓGICO E ANALÍTICO*Carlos Henrique*

15. Considere a proposição composta: $(p \wedge q) \rightarrow r$. É correto afirmar que essa proposição é falsa somente quando p e q são ambas verdadeiras e r é falsa.
16. Considere a proposição universal: "Todo condutor habilitado respeita os limites de velocidade."
A negação correta dessa proposição é: "Existe ao menos um condutor habilitado que não respeita os limites de velocidade."

17. Seis fiscais — A, B, C, D, E e F — são escalados em turnos numerados de 1 a 6 (um fiscal por turno). As condições são:

- I. B é escalado em um turno par.
- II. A é escalado antes de C, e C antes de E.
- III. D é escalado imediatamente antes de F.
- IV. B é escalado antes de D.
- V. E não é escalado no turno 6.

Com base nessas condições, é correto afirmar que F é necessariamente escalado no turno 6.

18. Um fiscal do DETRAN avaliou o tempo de atendimento (em minutos) em 4 postos, com o número de atendimentos como peso:

Posto	Tempo médio (min)	Nº de atendimentos
P1	10	3
P2	20	1
P3	15	4
P4	25	2

A média aritmética do tempo de atendimento é 16 minutos e a moda é superior à média aritmética.

19. Em um lote de 10 CNHs emitidas, 4 contêm erro de impressão. Duas CNHs são retiradas sequencialmente sem reposição. A probabilidade de que ambas contenham erro é de 16%.

20. Analise os dois argumentos abaixo:

- (I) "O engenheiro responsável pelo projeto do radar afirmou que o equipamento tem margem de erro de 3%. Logo, devemos aceitar essa margem."
- (II) "Todos os países desenvolvidos adotam radares fixos. Logo, o Brasil também deveria adotar, pois o que é bom para países desenvolvidos é bom para o Brasil."

O argumento (I) constitui uma falácia de apelo à autoridade, pois recorre à opinião de um especialista. O argumento (II) é logicamente válido, pois generaliza corretamente a partir de casos observados.

21. Um analista afirma simultaneamente:

S1: "Se o sistema registrou a infração, então o condutor foi notificado."

S2: "O sistema registrou a infração."

S3: "O condutor não foi notificado."

O conjunto {S1, S2, S3} é inconsistente — ou seja, não existe nenhuma atribuição de valores lógicos que torne as três proposições simultaneamente verdadeiras — e a inconsistência decorre diretamente da aplicação do *modus ponens* a S1 e S2, que força a conclusão oposta a S3.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Emannuelle Gouveia

22. No Windows 10 e no Windows 11, o Histórico de Arquivos pode ser utilizado para criar cópias de segurança de arquivos armazenados em bibliotecas, na Área de Trabalho e em outras pastas do usuário, possibilitando a restauração de versões anteriores desses arquivos quando necessário.

23. No Microsoft Word, a utilização de estilos de título (como Título 1, Título 2 e Título 3) permite estruturar o documento de forma hierárquica e possibilita a geração automática de sumários baseados nesses estilos.

24. No Microsoft Excel, ao utilizar a função PROCV, a coluna que contém o valor procurado pode estar localizada em qualquer posição da tabela, inclusive à direita da coluna que contém o valor a ser retornado pela função.

25. A intranet de uma organização é uma rede privada que utiliza protocolos e tecnologias diferentes daqueles empregados na Internet, razão pela qual navegadores web convencionais não podem ser utilizados para acessar seus recursos internos.

26. Nos navegadores modernos, como Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome, o modo de navegação privativa impede completamente que provedores de internet, administradores de rede e os próprios sites acessados obtenham informações sobre a atividade realizada pelo usuário durante a sessão.

27. Na computação em nuvem, o modelo conhecido como Software como Serviço (SaaS) permite que os usuários utilizem aplicações disponibilizadas por um provedor pela Internet, sem a necessidade de instalar ou administrar a infraestrutura e os sistemas subjacentes.

28. Os worms são códigos maliciosos capazes de se propagar automaticamente por redes de computadores, explorando vulnerabilidades ou mecanismos de comunicação, sem depender da infecção prévia de um arquivo hospedeiro.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Fábio Ramos

Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) e a doutrina, julgue o item seguinte.

29. A moradia é considerada um direito social de natureza derivada.

Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item seguinte.

30. Ao Supremo Tribunal Federal cabe processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.

Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item seguinte.

31. Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de ação popular, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

No que se refere as atribuições e responsabilidades do Presidente da República, julgue o item seguinte.

32. A competência privativa do Presidente da República, entre outras, é sancionar, promulgar e fazer publicar as emendas constitucionais, as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.

A luz das disposições da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o seguinte item.

33. O poder Judiciário é composto de diversos órgãos apenas jurisdicionais, inclusive o Conselho Nacional de Justiça.

Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item seguinte.

34. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item seguinte.

35. O Procurador Geral da República é o chefe do Ministério Público da União, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de quatro anos, permitida a recondução.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

36. Acerca dos princípios aplicáveis à atividade administrativa, julgue o item a seguir.

O princípio da boa-fé aplica-se tanto à Administração Pública quanto aos administrados, exigindo condutas leais, honestas e coerentes nas relações jurídicas administrativas.

37. Acerca das formas de realização da função administrativa, julgue o item a seguir.

Há centralização administrativa quando a atividade administrativa é desempenhada diretamente pela pessoa política, por meio dos órgãos integrantes da Administração Direta.

38. Julgue o item a seguir, acerca da organização administrativa e do regime jurídico das entidades da Administração Pública indireta.

As sociedades de economia mista e as empresas públicas, por integrarem a Administração Pública indireta, submetem-se integralmente ao regime jurídico de direito público, inclusive quanto às obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributárias.

39. Julgue o item a seguir, acerca do poder de polícia administrativo.

O poder de polícia administrativo tem por finalidade disciplinar e restringir direitos, bens e atividades dos particulares em benefício do interesse público, podendo incidir tanto sobre ilícitos administrativos quanto sobre infrações penais, desde que haja autorização legal expressa.

40. Julgue o item a seguir, acerca da extinção dos atos administrativos.

A revogação é a forma de desfazimento do ato administrativo ilegal, produzindo efeitos retroativos, pois tem como fundamento o controle de legalidade exercido pela Administração Pública.

41. Julgue o item a seguir.

A concessionária de serviço público de transporte rodoviário responde subjetivamente pelos danos causados aos usuários do serviço, sendo necessária a comprovação de dolo ou culpa.

42. Julgue o item a seguir.

As responsabilidades civil, penal e administrativa do servidor público são independentes entre si, mas a absolvição penal por inexistência do fato tem o condão de afastar a responsabilidade administrativa.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

Mário Godoy

43. Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia 90 dias depois de oficialmente publicada.

44. Condiciona-se à prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada da imagem da pessoa com fins econômicos ou comerciais.

45. A desconsideração da personalidade jurídica não pode ser decretada de ofício pelo juiz, condicionando-se ao requerimento da parte ou do Ministério Público.

46. Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o instituidor, reincorporados ao patrimônio deste.

CONHECIMENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS

Sérgio Henrique

47. A criação da Comarca de Alagoas, ocorrida no início do século XVIII (entre 1706 e 1712), representou um marco de descentralização administrativa, embora a região ainda permanecesse juridicamente subordinada à Capitania de Pernambuco até a emancipação definitiva em 1817.

- 48.** O Porto de Jaraguá, em Maceió, foi o principal vetor de crescimento urbano da capital no século XIX, permitindo que a cidade superasse economicamente a antiga capital, a Vila das Alagoas, devido à facilidade de escoamento da produção de açúcar e algodão.
- 49.** O Agreste Alagoano destaca-se economicamente pela policultura e pela pecuária leiteira, servindo historicamente como um entreposto comercial entre o Litoral, Zona da Mata, e o Sertão.
- 50.** A agroindústria canavieira em Alagoas, apesar de sua importância histórica, apresenta atualmente uma estrutura de produção baseada em pequenas propriedades familiares, tendo superado o modelo de latifúndios exportadores.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

Hugo Garotinho

- 51.** De acordo com as disposições preliminares do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), o conceito legal de trânsito restringe-se à movimentação e à imobilização de veículos e de pessoas nas vias terrestres abertas à circulação, excluindo-se os animais isolados, quando não conduzidos, do escopo de aplicação de suas normas de segurança e de fluidez.
- 52.** A responsabilidade civil dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito ao trânsito seguro é de natureza subjetiva, dependendo da comprovação de dolo ou culpa da Administração Pública.

- 53.** Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito respondem, no âmbito de suas respectivas competências, de forma subjetiva por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito ao trânsito seguro.
- 54.** O trânsito em condições seguras é um direito de todos e um dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, cabendo a estes adotar, prioritariamente, medidas voltadas à preservação da vida, nelas incluídas a defesa do meio ambiente e a otimização da fluidez do tráfego rodoviário nacional.
- 55.** Compete aos órgãos e entidades executivos rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no âmbito de suas circunscrições, planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas.
- 56.** O Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), órgão coordenador do Sistema e órgão máximo normativo e consultivo, tem sede no Distrito Federal e é presidido pelo dirigente do órgão máximo executivo de trânsito da União.
- 57.** As Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI), órgãos colegiados responsáveis pelo julgamento dos recursos interpostos contra penalidades por eles aplicadas, possuem regimento próprio e têm plena autonomia para funcionar junto a qualquer órgão ou entidade executiva de trânsito, sendo seus membros indicados livremente pelo chefe do Poder Executivo de cada ente federativo.

- 58.** Considerando as normas que regem a composição dos órgãos do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), julgue o item: O Ministério responsável pela área de agropecuária possui assento no Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), sendo representado por seu respectivo Ministro de Estado.
- 59.** Nas vias providas de várias faixas de circulação no mesmo sentido, as da direita são destinadas aos veículos de maior velocidade e às ultrapassagens, enquanto as da esquerda são destinadas ao deslocamento dos veículos mais lentos e de maior porte, quando não houver faixa especial a eles destinada.
- 60.** O condutor que circular pelo fluxo de uma rodovia e pretender ingressar em uma via urbana transversal terá preferência de passagem sobre aquele que provier da referida via urbana, caso o cruzamento não seja sinalizado.
- 61.** Os veículos destinados a socorro de incêndio e salvamento, os de polícia, os de fiscalização e operação de trânsito e as ambulâncias gozam de livre circulação, independentemente de estarem em serviço de urgência, desde que estejam com os dispositivos regulamentares de alarme sonoro e iluminação intermitente devidamente acionados.
- 62.** O uso de luzes em veículos obedecerá às determinações do CTB, segundo as quais o condutor manterá acesos os faróis do veículo, por meio da utilização da luz baixa, durante a noite e, mesmo durante o dia, em túneis providos de iluminação pública e sob chuva, névoa ou neblina.
- 63.** Antes de iniciar qualquer manobra que implique deslocamento lateral, como a transposição de faixas ou conversões, o condutor deverá indicar seu propósito de forma clara e com antecedência, por meio da luz indicadora de direção do veículo ou por meio de gesto regulamentar de braço do condutor, sendo esta última proibida em vias de trânsito rápido.
- 64.** Nas vias urbanas, a operação de carga e descarga é considerada parada para os efeitos do código, devendo ser regulamentada pelas condições estabelecidas pela autoridade de trânsito competente sobre a via.
- 65.** Se determinada via urbana apresentar intersecções em nível não semaforizadas, acessos diretos aos lotes lindeiros e for destinada a interceptar e distribuir o trânsito entre as regiões da cidade, ela não poderá ser classificada como via de trânsito rápido, ainda que sua velocidade diretriz projetada seja elevada.
- 66.** Uma equipe da PRF, utilizando uma viatura operacional, realiza o acompanhamento tático de um veículo em fuga que adentra uma via de domínio da União. O trecho percorrido apresenta leito natural, terra batida e total ausência de camadas superficiais de concreto ou asfalto, cruzando uma região de chácaras fora do perímetro urbano.
- À luz da classificação do CTB, se um condutor regular transitar por essa via a 90 km/h na ausência de qualquer sinalização vertical de velocidade, ele estará cometendo uma infração de trânsito, ainda que conduza um automóvel de passeio e dotado de sistemas de segurança ativa.
- 67.** Em uma rodovia federal de pista dupla não sinalizada, o limite de velocidade supletivo para uma caminhonete é de 110 km/h. Caso o condutor estivesse dirigindo um caminhão nas mesmas condições, o limite máximo permitido para este veículo seria reduzido em 20 km/h em relação ao limite da caminhonete.
- 68.** A velocidade mínima não pode ser inferior a um terço da máxima estabelecida para a via, razão pela qual o condutor que trafega abaixo desse limite comete infração de trânsito, ressalvadas as condições adversas da via ou do tráfego.

- 69.** Para os motoristas profissionais que atuam no transporte rodoviário de cargas, o CTB estabelece que o descanso mínimo obrigatório de trinta minutos deve ser usufruído a cada quatro horas de condução ininterrupta do veículo.
- 70.** O tempo que o motorista profissional de carga permanece aguardando a carga ou descarga do veículo, embora considerado tempo de espera, não é computado como tempo de condução, de direção.
- 71.** O uso de placas de identificação veicular com as cores verde e amarela da Bandeira Nacional é restrito, por determinação expressa do CTB, a um rol taxativo de veículos de representação pessoal de altas autoridades públicas, grupo no qual se inclui o Procurador-Geral da República.
- 72.** No que tange à atribuição de responsabilidade por infrações de trânsito relativas ao transporte de carga, o embarcador responderá administrativamente perante a fiscalização caso seja constatado excesso de peso nos eixos, bem como nas hipóteses em que o peso bruto total da combinação seja ultrapassado por cargas oriundas de múltiplos remetentes.
- 73.** A realização de qualquer obra ou evento que apresente potencial para perturbar a livre circulação de pedestres e veículos, ou que possa comprometer a segurança viária, fica condicionada à obtenção de autorização prévia junto ao órgão ou entidade de trânsito que detenha circunscrição sobre a respectiva via
- 74.** Aos crimes de trânsito de lesão corporal culposa de natureza leve, previstos no CTB, aplicam-se os institutos benfeitores da Lei nº 9.099/1995 (como a composição civil dos danos e a transação penal), de forma incondicionada, visto que o diploma automobilístico não excepciona sua aplicação a depender da conduta do condutor.
- 75.** A imposição da penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor tem a natureza jurídica de sanção cumulativa ou isolada, podendo ser aplicada pelo juiz da causa independentemente de o condutor ser reincidente ou de o crime ter resultado em morte.
- 76.** No crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor, a pena é aumentada em metade se o agente praticar o crime no exercício de sua profissão ou atividade de transporte de passageiros.
- 77.** Para a configuração do crime de embriaguez ao volante, a conduta de conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool pode ser constatada não apenas pelo teste do etilômetro ou exame de sangue, mas também por meio de prova testemunhal, vídeo, ou constatação de sinais que indiquem a alteração, observado o direito à contraprova.
- 78.** O condutor de veículo que, em caso de acidente de trânsito que resulte em vítima, afastar-se do local para fugir à responsabilidade penal ou civil que lhe possa ser atribuída, responderá pelo crime de fuga do local do sinistro, exceto se a vítima tiver falecido instantaneamente, hipótese em que a conduta é considerada fato atípico em razão da perda do objeto de socorro.
- 79.** Conduzir veículo com a validade da Carteira Nacional de Habilitação vencida há mais de trinta dias constitui infração de natureza gravíssima.
- 80.** A imobilização de veículo automotor caracterizada como estacionamento, quando realizada em flagrante desconformidade com o sentido de fluxo da via (na contramão de direção), tipifica infração de natureza grave sujeita à aplicação de multa.

- 81.** O descumprimento do dever de manutenção de distância de segurança regulamentar, seja ela de perfil lateral ou frontal, entre o veículo conduzido e os demais componentes do fluxo de tráfego, configura infração de natureza grave.
- 82.** O ato de transitar com veículo automotor sobre calçadas, passeios ou passarelas qualifica-se como infração de natureza gravíssima, hipótese para a qual o legislador cominou penalidade pecuniária de multa com incidência de fator multiplicador de três vezes.
- 83.** Condutor que for flagrado pelo agente da autoridade de trânsito segurando ou manuseando aparelho de telefonia celular incorre em infração tipificada em lei como de natureza grave, cuja penalidade limita-se à imposição de multa correspondente ao respectivo nível infracional.
- 84.** A conduta do condutor que deixa de imobilizar o veículo perante placa de parada obrigatória configura infração de trânsito classificada estritamente na natureza gravíssima.
- 85.** A imposição das penalidades previstas no CTB independe da regular instauração de processo administrativo, possuindo a autoridade de trânsito competência para aplicar, de ofício e de forma imediata no ato da autuação, a sanção de suspensão do direito de dirigir, desde que haja previsão legal de fator multiplicador na multa correlata.
- 86.** A penalidade de advertência por escrito deverá ser aplicada pela autoridade de trânsito ao condutor que cometer infração de natureza leve ou média, desde que o infrator não tenha cometido nenhuma outra infração nos últimos doze meses.
- 87.** A penalidade de cassação do documento de habilitação será imposta ao condutor quando este for flagrado conduzindo qualquer veículo automotor portando em seu prontuário a somatória de pontos necessários para a suspensão do direito de dirigir pela terceira vez no período de doze meses.
- 88.** O Código de Trânsito Brasileiro prevê a aplicação da penalidade de frequência obrigatória em curso de reciclagem ao condutor que for suspenso do direito de dirigir, ao que se envolver em acidente grave para o qual haja contribuído, ou, ainda, quando for constatado, a qualquer tempo, que o motorista, ao apresentar comportamento perigoso, esteja colocando em risco a segurança do trânsito
- 89.** Na hipótese de cometimento de infração em que seja cominada a medida administrativa de retenção do veículo, caso a irregularidade não possa ser sanada no próprio local da abordagem, o veículo deverá ser compulsoriamente recolhido ao depósito do órgão de trânsito, restando vedada a sua liberação sob termo de compromisso ou mediante recolhimento do Certificado de Licenciamento Anual.
- 90.** A medida administrativa de recolhimento do documento de habilitação (CNH ou PPD) poderá ser efetuada pelo agente da autoridade de trânsito de forma justificada em auto de infração, mediante recibo, inclusive nos casos em que houver suspeita de inautenticidade ou adulteração do referido documento.
- 91.** Com base na Resolução do CONTRAN 623, que dispõe sobre a uniformização dos procedimentos administrativos quanto à remoção, custódia e para a realização de leilão de veículos removidos ou recolhidos a qualquer título, por órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, julgue a assertiva abaixo:
Compete ao órgão ou à entidade responsável pelo envio do veículo ao depósito a realização do respectivo leilão, cuja abertura do processo administrativo deve ser expressamente autorizada por seu dirigente máximo, a quem também caberá a designação do leiloeiro.

92. Com base na Resolução do CONTRAN 623, que dispõe sobre a uniformização dos procedimentos administrativos quanto à remoção, custódia e para a realização de leilão de veículos removidos ou recolhidos a qualquer título, por órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, julgue a assertiva abaixo:

A retirada do veículo leiloado do depósito do órgão ou entidade de trânsito deverá ser realizada no prazo máximo de 15 dias úteis, contados a partir da data da realização do leilão, sob pena de caracterização de abandono pelo arrematante, com a perda do valor desembolsado.

93. Com base na Resolução do CONTRAN 623, que dispõe sobre a uniformização dos procedimentos administrativos quanto à remoção, custódia e para a realização de leilão de veículos removidos ou recolhidos a qualquer título, por órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, julgue a assertiva abaixo:

É vedado o retorno do veículo leiloado como sucata à circulação

94. Com base na Resolução do CONTRAN 723, que dispõe sobre a uniformização do procedimento administrativo para imposição das penalidades de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação, julgue a assertiva abaixo:

A cassação do documento de habilitação será imposta quando, suspenso o direito de dirigir, o infrator conduzir qualquer veículo.

95. Com base na Resolução do CONTRAN 723, que dispõe sobre a uniformização do procedimento administrativo para imposição das penalidades de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação, julgue a assertiva abaixo:

O processo administrativo será instaurado após esgotados todos os meios de defesa da infração

que configurou a reincidência, na esfera administrativa, devendo o órgão executivo de registro do documento de habilitação observar as informações registradas no RENAINF

96. Com base na Resolução do CONTRAN 1020, que normatiza os procedimentos sobre a aprendizagem, a habilitação e a expedição de documentos de condutores e o processo de formação do candidato à obtenção da habilitação, julgue a assertiva abaixo:

Desde que haja motivação, o cancelamento do documento de habilitação poderá ocorrer por solicitação do condutor.

97. Com base na Resolução do CONTRAN 1020, que normatiza os procedimentos sobre a aprendizagem, a habilitação e a expedição de documentos de condutores e o processo de formação do candidato à obtenção da habilitação, julgue a assertiva abaixo:

O curso de aulas práticas de direção veicular deverá observar carga horária mínima de três horas, podendo ser cumprida de forma contínua ou fracionada.

98. Com base na Resolução do CONTRAN 1020, que normatiza os procedimentos sobre a aprendizagem, a habilitação e a expedição de documentos de condutores e o processo de formação do candidato à obtenção da habilitação, julgue a assertiva abaixo:

Dentre as atribuições dos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, conforme a Resolução 1020, está o credenciamento das autoescolas, com atuação no âmbito de sua circunscrição

99. Com base na Resolução do CONTRAN 1017, que estabelece os critérios para o registro e a circulação em vias públicas de tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas, de construção e de pavimentação, bem como de seus reboques e implementos, julgue a assertiva abaixo:

O trânsito de tratores de esteira ou mistos em vias públicas abertas à circulação é vedado, exceto se o veículo obtiver autorização especial de trânsito expedida pela autoridade com circunscrição sobre a via.

100. Conforme Anexo I do CTB, “PASSARELA” é todo cruzamento de nível entre uma via e uma linha férrea ou trilho de bonde com pista próprio.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PARTE DE GESTÃO DE MATERIAIS

Ricardo Campanário

101. No que se refere à classificação de materiais, os itens classificados como permanentes diferenciam-se dos materiais de consumo principalmente devido ao critério da durabilidade, sendo considerados permanentes os bens cuja vida útil estimada seja superior a dois anos e que não percam sua identidade física em razão do uso corrente.

102. De acordo com a metodologia da Curva ABC de controle de estoques, os itens da Classe A representam a maior quantidade física de produtos armazenados no almoxarifado (aproximadamente 80%), embora correspondam ao menor valor financeiro acumulado.

103. O indicador logístico de Giro de Estoque (ou rotatividade) expressa o tempo em que o estoque atual consegue atender à demanda estimada da organização caso nenhum novo pedido de ressurgimento seja efetuado pelo setor de compras.

104. No modelo de gestão de estoques por ponto de pedido, o estoque de segurança (ou estoque mínimo) é uma reserva dimensionada exclusivamente para cobrir o consumo previsto durante o tempo de reposição padrão do fornecedor, devendo ser zerado a cada novo recebimento de lote.

105. Na administração patrimonial do setor público, o tombamento configura-se como o procedimento administrativo e contábil obrigatório de inclusão de um bem móvel permanente no acervo da instituição, momento no qual o ativo recebe um número de registro e sua respectiva identificação física.

106. Considere que determinado equipamento de refrigeração pertencente a um órgão público apresentou defeito e que o laudo técnico da manutenção concluiu que o custo para o seu conserto superaria 50% do valor de mercado de um aparelho novo idêntico. Nesse caso, para fins de descarte patrimonial, esse bem deve ser classificado como inservível antieconômico.

107. Na gestão física de almoxarifados, o método de movimentação de materiais conhecido como PEPS (Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair) determina que os itens que ingressaram mais recentemente no estoque devem ser expedidos prioritariamente, sendo uma técnica recomendada para o gerenciamento de produtos eletrônicos sujeitos à obsolescência tecnológica.

108. No cálculo do Lote Econômico de Compra (LEC), assume-se a existência de um conflito financeiro entre os custos de pedido (preparação e emissão) e os custos de manutenção de estoque (armazenagem e capital imobilizado), de modo que o lote ideal reduz a soma total desses dois custos ao menor nível possível.

109. O procedimento de inventário físico permanente caracteriza-se pela contagem geral e concentrada de todos os itens de material e bens permanentes da organização, realizada obrigatoriamente uma única vez ao ano, coincidindo com o encerramento do exercício financeiro para fins de balanço.

110. A depreciação de um bem permanente corresponde ao registro contábil do declínio de seu valor econômico ao longo do tempo. Fatores como o desgaste pelo uso regular, a ação de agentes da natureza e a obsolescência tecnológica decorrente de inovações no mercado constituem causas legítimas para a aplicação de taxas de depreciação sobre o ativo.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PARTE DE DAD

Herbert Almeida

Com base no que dispõe a Lei n.º 9.784/1999, julgue os itens subsequentes.

111. Os preceitos da Lei n.º 9.784/1999 aplicam-se também aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, quando do desempenho de suas funções administrativas.

112. É direito assegurado ao administrado, perante as organizações públicas, fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação por força de lei.

113. As decisões administrativas adotadas por meio de delegação de competência consideram-se, para fins de responsabilização e efeitos jurídicos, como editadas pelo próprio órgão delegado.

114. A autoridade ou o servidor público que incorrer em alguma das hipóteses legais de impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente, ficando a seu critério discricionário decidir se deve ou não se abster de atuar no feito.

115. Concluída a instrução de um processo administrativo, a administração pública federal tem o prazo de até quinze dias para proferir a decisão final, permitindo-se a prorrogação por igual período desde que expressamente motivada.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PARTE DE ADMINISTRAÇÃO

Stefan Fantini

Com base nas Relações Humanas e Comunicação, julgue os itens a seguir.

116. Quando o gestor centraliza toda a tomada de decisões, definindo as tarefas e decidindo quem serão os funcionários que executarão essas tarefas, ele exerce o estilo de liderança chamado de liderança autocrática.

117. Situação hipotética: Mário Bros, gerente do departamento de vendas da organização SF123, encaminhou uma mensagem pelo e-mail institucional, com o objetivo de informar aos seus subordinados sobre a data e a hora de uma reunião em que serão discutidas as novas metas e objetivos do departamento para os próximos meses.

Assertiva: Essa comunicação pode ser caracterizada como formal e descendente.

118. A filtragem é uma barreira à comunicação que acontece quando o destinatário desvia a interpretação da mensagem, interpretando a mensagem de forma seletiva, de acordo com suas próprias necessidades, experiências, motivações e outras características pessoais.

Com relação ao Trabalho em Equipe, julgue o item a seguir.

119. De acordo com a classificação proposta por Bruce Tuckman, durante o desenvolvimento os grupos passam por 05 diferentes fases: formação, turbulência, normatização, desempenho e adiamento.

Com base no Atendimento ao Público, julgue o item a seguir.

120. São características de um atendimento ao público com qualidade, dentre outras: comunicabilidade, cortesia, presteza, credibilidade, interesse, eficiência, objetividade e confiabilidade.

Discursiva

A segurança viária consolidou-se como um dos problemas mais onerosos para o Estado. Levantamentos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada atestam que os acidentes nas rodovias e vias urbanas custam dezenas de bilhões de reais anualmente aos cofres públicos. Esse montante engloba despesas hospitalares, resgate pré-hospitalar, reabilitação física e a perda prematura da capacidade produtiva das vítimas. A despeito do rigor normativo, a certeza da impunidade em áreas sem monitoramento eletrônico incentiva a manutenção de condutas imprudentes, com destaque para o excesso de velocidade.

Internet: <https://www.ipea.gov.br/> (com adaptações).

O uso do aparelho celular ao volante tornou-se a principal causa de distração cognitiva e visual no trânsito moderno. Pesquisas conduzidas pela Associação Brasileira de Medicina do Tráfego revelam que o ato de ler ou enviar mensagens de texto eleva o risco de colisões em níveis comparáveis à embriaguez. A conectividade ininterrupta, potencializada pela economia de entregas sob demanda, coloca nas ruas condutores com a atenção dividida, fato que converte o veículo em um instrumento letal, sobretudo para os usuários mais vulneráveis da via.

Internet: <https://www.abramet.com.br/> (com adaptações).

Considerando o tema tratado no(s) texto(s) acima, redija um texto dissertativo sobre o seguinte tema:

A SEGURANÇA VIÁRIA: O COMBATE À IMPUNIDADE, OS RISCOS DA DISTRAÇÃO E O PAPEL DA ENGENHARIA URBANA

Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

1. A influência da fiscalização e da impunidade nas transgressões viárias diárias; [valor: 9,50 pontos]
2. O impacto de comportamentos de risco, como o uso de celular, na sinistralidade; [valor: 9,50 pontos]
3. A eficácia das intervenções de engenharia e de educação para a redução da letalidade. [valor: 9,50 pontos]

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>